

Direito amplo de greve deve ser garantido

BRASÍLIA — A Constituinte reinicia hoje à tarde, pelo direito de greve, a votação em segundo turno do anteprojeto constitucional. Há possibilidade de manutenção do texto aprovado em primeiro turno, que garante amplo direito de greve e dispõe que a lei definirá o que são serviços e atividades essenciais.

O PT, irredutível, não concorda com as restrições a esse direito, através da inclusão de expressões que limitariam a greve a cada categoria, e somente para a defesa do seu interesse coletivo. Se for aprovada a fórmula proposta pelo Centrão, as greves de solidariedade ou políticas tornam-se impossíveis.

Diz o texto aprovado em primeiro turno: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender". O Centrão quer incluir a palavra "seus" antes de "interesses", seguida pela expressão "coletivos", com supressão do resto da frase. Para alterar a redação, no entanto, é preciso que todos os líderes partidários estejam de acordo — e, como o PT se recusa a aceitar a alteração, o dispositivo será votado sem acordo mesmo, permanecendo provavelmente inalterado, já que nas últimas votações o Centrão não conseguiu reunir número suficiente para aprovar qualquer iniciativa sem apoio dos outros partidos.

O PT também não está de acordo em relação à supressão da estabilidade para o representante sindical, aprovada em primeiro turno. O deputado Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS), um dos líderes do Centrão, apresentou emenda que suprime o benefício para o representante, mantendo-o apenas para o dirigente sindical. Como não se trata da inclusão de matéria nova, o PT não pode impedir a votação, apenas marcar posição, ficando contra a emenda. Ainda no capítulo dos direitos sociais, falta definir se a unicidade sindical será ou não estendida às centrais. Essas são as três únicas questões pendentes no capítulo dos direitos sociais. Depois, a Constituinte passará à votação dos capítulos da nacionalidade e dos direitos políticos.

Até às 19 horas de ontem as lideranças não haviam chegado a acordo na questão da elegibilidade dos militares. O texto aprovado em primeiro turno dispõe que o militar alistável é elegível; se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se espontaneamente da atividade; se contar mais de dez será agregado, ou seja, continuará a receber o soldo e, caso eleito, passará para a reserva na data da diplomação.

Sarney pede a líderes que votem sem pressa

BRASÍLIA — O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), disse ontem que o governo não tem pressa para concluir as votações de segundo turno da Constituinte. Segundo Gadelha, que participou de uma reunião pela manhã com Sarney no Palácio da Alvorada, o presidente instruiu os líderes governistas a tratar "com parcimônia" as fusões de emendas que visam a acelerar os trabalhos, pois em alguns casos não está havendo tempo para refletir sobre o que está sendo votado. A pressa em concluir o texto constitucional, na opinião do governo, está provocando o surgimento de "megaemendas" que confundem os constituintes na hora de votar.

Gadelha disse que, para Sarney, o País aguarda "com expectativa" uma nova Carta que represente "uma decisão madura" dos constituintes. "Cada assunto tem de ser bem discutido, não pode ser assim às pressas", reafirmou. O senador negou, no entanto, que o governo queira retardar os trabalhos: "O que é importante é discutir com maior profundidade".

POSSIBILIDADE TÉCNICA

Como acontece às segunda-feiras, não houve quórum, ontem à tarde, na Constituinte, ficando o reinício das votações do projeto de Constituição, a partir do direito de greve, adiado para a sessão de hoje. Ontem estavam em plenário apenas 220 constituintes, faltando 60 para alcançar o quórum mínimo de maioria absoluta que permite votações.

Ao constatar a falta de quórum, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, renovou o apelo quase diário para que as lideranças consigam fazer acordos e convocar suas bancadas para comparecerem ao plenário. Além disso, marcou sessões extraordinárias entre sexta e segunda-feira, incluindo o fim de semana, para acelerar os trabalhos.



Ricardo Chaves/AE

Gadelha: pressa cria "mega-emendas" e provoca confusão

Lourenço desconfia de Ulysses

BRASÍLIA — O líder do PFL, deputado José Lourenço, disse ontem que não vai colaborar com o esforço concentrado de votações na Constituinte durante os fins de semana, convocado pelo deputado Ulysses Guimarães. "Marcar sessões aos sábados e domingos é demagogia barata", disparou Lourenço.

As lideranças do governo no Congresso e do PFL na Constituinte pretendem pedir a Ulysses que diminua o ritmo das votações. "O ritmo está alucinante, nem sabemos o que estamos vo-

tando", disse o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado.

Lourenço acusou Ulysses Guimarães de estar comandando a produção de um texto cujo perfil se encaixa nos objetivos eleitorais do PMDB. "Eu quero uma Constituição boa para o País, e o doutor Ulysses quer uma Constituição boa para as eleições", afirmou o líder do PFL. A bancada de 124 parlamentares do PFL não será mobilizada, segundo Lourenço, porque ele não acredita em quórum para votação nos fins de se-

mana. "Isso é mentira, é enganar o País."

Na reunião de ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, as lideranças disseram ao presidente José Sarney que se tornou impossível saber com antecedência o que será votado em cada sessão. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Ana, informou que tem insistido com Ulysses para se saber o que ocorrerá nas sessões. "Ele faz um jogo de empurra-empurra com o relator Bernardo Cabral e acabamos sabendo das coisas no calor das votações", explicou Sant'Ana.